



TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA DE Nº 199/2025

**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO
DO PIAUÍ, POR MEIO DO INSTITUTO
DE DESENVOLVIMENTO DO PIAUÍ –
IDEPI E O MUNICÍPIO ALTOS-PI.**

O ESTADO DO PIAUÍ, por intermédio do **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO PIAUÍ – IDEPI**, CNPJ Nº **09.034.960/0001-47**, representado pelo Sr. **FELIPE DE MELO EULÁLIO**, Brasileiro, Casado, Advogado, portador da Carteira de Identidade nº. 2.681.816 SSP/PI e do CPF nº. 024.676.053-29, residente e domiciliado na Rua Dr. Mario Teodomiro De Carvalho, nº 1914, Bairro Ininga, CEP: 64049-820 e a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTOS - PI**, CNPJ: 06.554.794/0001-11 com sede administrativa na Av. Francisco Raulino, 130 - Centro, Altos - PI, 64290-000, neste ato representado por, **RICARDO DE MOURA MELO**, prefeito municipal, celebram o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, conforme as cláusulas e condições abaixo, com amparo nos Art. 23 da Constituição Federal de 1988; art.116 da Lei Federal nº 8.666/1993; Art. 15 da Constituição Estadual; 3º, II da Lei Complementar Estadual nº 28 de 09/06/2003; art. 1º da Lei Ordinária Estadual nº 5.642 de 12/04/2007, Decreto Estadual nº 12.440/2006; Decreto Estadual nº 16.013/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO:

O presente instrumento tem como objeto o estabelecimento de mútua cooperação entre os partícipes, com vistas à execução, **sob a responsabilidade do INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO PIAUÍ – IDEPI**, da obra de **PAVIMENTAÇÃO DE VIAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE ALTOS-PI.**



<i>NOME DO TRECHO</i>	<i>COMP</i>	<i>COORD</i>
<i>RUA PROJETADA 01 TRECHO 01 – 205 x 5 m</i>	<i>1025,00</i>	<i>INICIO -5.107287° -42.480104° FIM -5.108040° -42.481770°</i>
<i>RUA PROJETADA 01 TRECHO 02 – 415 x 6 m</i>	<i>2490,00</i>	<i>INICIO -5.108040° -42.481770° FIM -5.110834° -42.481829°</i>
<i>TOTAL</i>	<i>3.515,00</i>	

CLÁUSULA SEGUNDA- DAS DIRETRIZES:

Constituem diretrizes precípuas da cooperação ora ajustadas:

21. Implementar estrutura com objetivo a fornecer melhor acesso da população a mobilidade urbana através de pavimentação em paralelepípedo e asfáltica, bem como a mobilidade rural com vista a construção, melhorias e reformas de estradas vicinais, passagens molhadas e pequenas pontes que interligam a Zona Rural a Zona Urbana ou rodovias já Pavimentadas.
22. Promover a otimização dos recursos e serviços públicos em benefício da sociedade das zonas urbana e rural;
23. Implementar melhor e maior infraestrutura as zonas urbana e a rural para o fomento do desenvolvimento local;
24. Melhorar o transporte de passageiros e da produção entre a Zona Rural e Zona Urbana;
25. Oferecer à comunidade obras e serviços de engenharia de qualidade, segundo os padrões estabelecidos.

CLÁUSULA TERCEIRA- DAS OBRIGAÇÕES GERAIS:

Os órgãos e entidades partícipes assumem as seguintes obrigações gerais:

- 3.1. Colocar à disposição da sociedade obras e serviços de engenharia que visam contribuir para a melhoria da qualidade de vida de toda população da área contemplada com as obras;
- 3.2. Disponibilizar recursos humanos, sempre que necessário ao adequado exercício das atividades e objeto desse Termo;
- 3.3. Fiscalizar o desenvolvimento e execução das ações propostas neste termo de cooperação.

CLÁUSULA QUARTA- DAS OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS:

Os partícipes deste instrumento assumem as seguintes obrigações específicas:

4.1. O município de ALTOS, compete:

- a) Notificar o INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO PIAUÍ – IDEPI sobre eventuais irregularidades na execução do objeto pactuado no município;
- b) Dar suporte aos servidores do INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO PIAUÍ – IDEPI, quando em missão de fiscalização;
- c) Designar um servidor para acompanhar o bom andamento dos serviços, e notificar a INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO PIAUÍ – IDEPI em qualquer circunstância que fuja a normalidade;
- d) Apresentar, no caso de obras, documentos comprobatórios da disponibilidade das áreas de intervenção.

4.2. AO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO PIAUÍ – IDEPI compete:

- a) Conservar a autoridade normativa e exercer o controle e fiscalização sobre a execução, bem como de assumir ou transferir a responsabilidade pelo mesmo a terceiros, no caso de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade da ação pactuada;
- b) Executar o objeto pactuado na CLÁUSULA PRIMEIRA em estrita conformidade com o projeto aprovado, aplicando os recursos financeiros exclusivamente no cumprimento do seu objeto;
- c) Manter arquivados os documentos originais do Termo de Cooperação, em boa ordem e em bom estado de conservação, no próprio local em que foram contabilizados, à disposição dos Órgãos de Controle Interno e Externo do Estado pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da data dos serviços objeto desse Termo;
- d) Instalar no local de execução da obra ou serviço, placa indicativa, obedecendo ao padrão estabelecido pelo Governo do Estado, quando for o caso;
- e) Manter a fiscalização a ser exercida por profissional competente e formalmente designado por ato da Administração;
- f) Sujeitar-se às disposições da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, em relação à licitação e contratação.



CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Cooperação Técnica terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser alterado mediante termo aditivo ou rescindido nas causas nas situações descritas na CLÁUSULA SÉTIMA, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial;

CLÁUSULA SEXTA - DA ALTERAÇÃO:

O presente instrumento poderá ser alterado, por conveniência dos partícipes, mediante celebração de termo aditivo, desde que não seja modificado o seu objeto.

CLÁUSULA SÉTIMA- DA DENÚNCIA E RESCISÃO:

- 7.1. O Termo de Cooperação poderá ser rescindido ou denunciado se houver descumprimento de qualquer das obrigações estipuladas, ou seja, pela vontade de qualquer um dos partícipes, mediante termo próprio;
- 7.2. Caso o conveniente queira rescindir este termo deverá noticiar à Concedente, por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, respeitando os prazos de execução das ações em andamento;
- 7.3. Fica reservado aos partícipes o direito de rescindir unilateralmente este termo, caso seja constatado que a finalidade do objeto esteja sendo desviada;
- 7.4. O fim das obras ou serviço de engenharia descritos na CLÁUSULA PRIMEIRA, atestado através de termo de recebimento definitivo, acarreta a rescisão automática do presente Termo de Cooperação Técnica.

CLÁUSULA OITAVA- DA PUBLICAÇÃO:

O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO PIAUÍ – IDEPI providenciará no prazo de 20(vinte) dias a contar da data de sua assinatura, a publicação do extrato deste Termo no Diário Oficial do Estado do Piauí, na forma do Art.61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA- DOS CASOS OMISSOS:

Os casos omissos serão resolvidos pelo INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO PIAUÍ – IDEPI.

INSTITUTO
DE **DESENVOLVIMENTO**
DO PIAUÍ - IDEPI



GOVERNO DO
PIAUI
AQUI TEM TRABALHO.
AQUI TEM FUTURO.

CLÁUSULA DECIMA- DO FORO:

Fica eleito o foro da cidade de Altos-PI para dirimir as controvérsias



decorrentes do presente Termo de Cooperação. E, por estarem de pleno acordo, assinam os partícipes o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Altos-PI, 14 de outubro de 2025.

FELIPE DE MELO EULÁLIO
DIRETOR GERAL – IDEPI

MAXWELL PIRES FERREIRA
PREFEITO MUNICIPAL DE ALTOS - PI

TESTEMUNHAS:

1- _____
RG _____ CPF _____

2- _____
RG _____ CPF _____